



História Unicap
ISSN 2359-2370

Os “trabalhadores comuns” e a ditadura civil-militar brasileira: memória, cotidiano e consenso

The "ordinary workers" and the brazilian civil-military dictatorship: memory, daily life and consensus

Isabella Villarinho Pereyra*

isabellavillarinho@gmail.com

Resumo:

Este artigo discute a memória social sobre a ditadura civil-militar, em particular sobre os anos de 1964 a 1974, a partir do estudo do cotidiano de trabalho dos ferroviários da Estrada de Ferro Central do Brasil. Ao analisar a memória construída por esses trabalhadores comuns, podemos identificar a complexidade e ambivalência das relações sociais sob regimes autoritários, bem como a relação entre a ditadura e mundos do trabalho, refletindo sobre as demandas por naturalização da vida cotidiana e atitudes como indiferença, passividade, esquecimento e silêncio dentro de um regime de exceção.

Palavras-chave:

Memória; cotidiano; ditadura.

Abstract:

This article discusses the social memory on the civil-military dictatorship, in particular on the years 1964 to 1974, from the study of the daily work of railroad workers of the Estrada de Ferro Central do Brasil. In analyzing the memory constructed by these ordinary workers, we can identify the complexity and ambivalence of social relations under authoritarian regimes, as well as the relation between dictatorship and working world, reflecting on the demands for naturalization of everyday life and attitudes such as indifference, passivity, oblivion, and silence within an exception regime.

Keywords:

Memory; daily life; dictatorship.

* Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Bolsista Capes.

Introdução

Os ferroviários foram uma das categorias mais ativas na busca por reformas políticas, econômicas e sociais durante a década de 1960. Seja através de organizações nacionais como a Federação Nacional dos Trabalhadores Ferroviários (presidida pelo ferroviário Raphael Martinelli), intersindicais colocadas na ilegalidade como o Pacto de Unidade e Ação (PUA) ou organizações oficiais como o Sindicato dos Trabalhadores Ferroviários da Central do Brasil. A categoria se mobilizou não só pela garantia de seus direitos trabalhistas, como também pela política nacional.

A mobilização sindical crescente na década de 1960 evidenciou o papel dos ferroviários naquele cenário de crise política e econômica. As principais reivindicações da categoria eram relacionadas ao aumento da carestia, devido à federalização de diversas estradas de ferro, o não cumprimento do plano de revisão salarial e a inexistência de uma tabela única de vencimentos para os empregados das estradas de ferro da União. Em 1960, a categoria se mobilizou na Greve da Paridade, movimento de amplitude nacional que contou com a participação de aproximadamente 300 mil trabalhadores, entre eles ferroviários, marítimos e portuários, pela equiparação dos vencimentos de funcionários civis com militares. Em 1961, os ferroviários da Estrada de Ferro Leopoldina (EFL) organizaram a Greve da Legalidade, movimento em defesa da posse do presidente João Goulart. (FIGUEIREDO, 1994, p. 38)

A Central do Brasil se destacou também no Comício das Reformas, local escolhido para a sua realização por ser estratégico não na questão de segurança ou capacidade, mas devido à grande concentração de trabalhadores que circulavam diariamente pela estação para se deslocarem entre o centro da cidade e o subúrbio. Organizado por diversas entidades sindicais, como o CGT, CNTI e PUA, o comício teve apoio de ferroviários da Estrada de Ferro Central do Brasil (EFCB) e da Leopoldina. Assim como afirma o jornal Correio da Manhã, a Central organizou trens especiais para trazerem operários dos subúrbios até o comício, e os ferroviários da EFL partiram no denominado “Expresso das Reformas” em direção a Estação Barão de Mauá, de lá seguiram em passeata até a Central com diversas faixas e cartazes. (Correio da Manhã, 13 de março de 1964, p. 1)

Com a intensificação da crise política e a iminência de um golpe militar, o CGT se reuniu na noite de 29 de março e declarou estado de atenção para uma possível greve geral caso Jango fosse deposto. Em tom de denúncia, lançou um manifesto sobre a crise política, alertando a população sobre a possível deposição do presidente e conclamando os trabalhadores “em todos os setores de trabalho ou nas ruas, combateremos a reação e o golpe, usando as formas de luta que o momento comportar, além da greve geral, nossa primeira investida” (Correio da Manhã, 31 de março de 1964, p. 2.) A categoria se antecipou à declaração de greve geral, parando suas atividades na Leopoldina e na Central ainda na noite de 31 de março de 1964.

Assim como noticiou o Correio da Manhã, o movimento paredista teve início na EFL, após o conhecimento da invasão pelo governo à sede da Federação Nacional dos Trabalhadores Ferroviários na Guanabara. Os dirigentes decretaram a paralisação de toda a estrada, além de colocarem vagões da estação Barão de Mauá atravessados na Avenida Francisco Bicalho para impedirem o tráfego de carros. Durante a paralisação, 43 delegados sindicais dos ferroviários da Leopoldina foram presos no Estado do Rio. (Correio da Manhã, 04 de abril de 1964, p. 1.) Também na

E.F.C.B houve movimentação, com a paralisação de três composições na estação Engenho de Dentro, interditando todas as linhas da estrada, impedindo a circulação dos trens entre o subúrbio e o centro do Rio de Janeiro. (Correio da Manhã, 01 de abril de 1964, p. 12). A greve foi geral, paralisando todas as estações da Rede, impedindo o deslocamento de trens até o subúrbio e norte fluminense.

A intensa mobilização sindical dos ferroviários durante a década de 1960 representava para a ditadura um exemplo claro da infiltração comunista, que deveria ser combatida nas empresas estatais. Na visão de Humberto Castelo Branco, em discurso proferido no 01 de maio de 1965:

Na Revolução de 31 de março, o trabalhador brasileiro ocupa lugar de primeiro plano, não para o enganar ou iludir, mas, para dar-lhe a certeza de que, dentro da normalidade e afastado da subversão e da corrupção em que o pretenderam envolver capciosamente, ele encontrará os caminhos da prosperidade e do bem-estar.

O anticomunismo, o medo da insegurança e da desordem foram explorados pelo regime militar para disciplinarizar e controlar os trabalhadores. Com a cooperação, o trabalho disciplinado e longe das mentiras propagadas pelos subversivos, o *verdadeiro trabalhador brasileiro* ajudaria o governo a colocar o país de volta aos rumos da prosperidade. A concepção de um verdadeiro trabalhador em oposição a um *outro*, subversivo, está inserida também na ideia de guerra psicológica presente na Doutrina de Segurança Nacional, pela qual “trata-se de aniquilar moralmente o inimigo e de separá-lo dos demais cidadãos, e, de outra parte, de assegurar a não oposição ativa contra o projeto político da Doutrina” (BORGES, 2013, p. 28).

Esse discurso também era veiculado pelos grandes jornais da época, que acusavam o ex-presidente de fomentar as crises econômicas e de abastecimento pelas quais o país passava. Como parte de um “plano demagógico”, Jango teria por objetivo gerar o caos e construir sua imagem como defensor das classes mais baixas, aproximando-se dos trabalhadores. Rodrigo Patto Sá Motta (2006) demonstra que algumas charges publicadas na época denunciavam o andamento de uma conspiração comunista no país através das Reformas de Base e a formação de alianças com grupos comunistas. Dentro desta perspectiva, o governo Goulart teria sido um período marcado pela desordem, incerteza e subversão.

A defesa desses valores se fez presente não só no golpe civil-militar, mas ao longo de toda a ditadura. Janaina Martins Cordeiro demonstrou como a militância política de grupos de oposição ao governo como a Campanha da Mulher pela Democracia não ficou restrita apenas à queda de João Goulart, se estendendo até os anos 1970. A autora apresenta ainda como a recuperação da memória de membros da organização é marcada por esquecimentos e silêncios, revelando não apenas a construção do mito de uma sociedade resistente à ditadura, mas que, pelo contrário, se conciliava e incentivava o autoritarismo do regime, formando um consenso que legitimava a ditadura. Assim como afirma a autora:

[...] é mais fácil admitir que mulheres de elite, de direita e católicas do país tenham apoiado a ditadura do que, por exemplo, reconhecer que jornalistas – *trincheiras inexpugnáveis da liberdade* – tenham convivido bem com a censura ou, ainda, que camadas significativas da classe média tenham aceito que a tortura como política de Estado fosse o preço a ser pago pelos ganhos materiais proporcionados pelo

‘milagre econômico’. Difícil é reconhecer que, mesmo sendo um grupo bastante específico, os valores postulados pelas mulheres da Camde eram grandemente compartilhados por parcelas as mais diversas da sociedade (CORDEIRO, 2009, p.164).

Nesse sentido, esses valores não devem ser vistos como restritos a setores de uma elite conservadora. A oposição ao governo e o anticomunismo também eram significativos entre setores diversos da sociedade, inclusive entre os trabalhadores ferroviários. A classe ferroviária não era um grupo coeso, monolítico, que pensava e agia da forma unitária. Não apenas possuía condições de vida e trabalho diversas, como também culturas políticas e identidade de classe heterogêneas.

Contudo, se analisarmos este discurso como parte de uma propaganda elaborada para manipular a classe trabalhadora, perdemos de vista a complexidade das relações entre sociedade e ditadura. Devemos compreender a defesa desses valores como parte de uma cultura política autoritária que legitimou não só o golpe civil-militar, mas a ditadura por si só, uma vez que “são os valores e as referências, as culturas políticas que marcam escolhas, sinalizando relações de identidade e consentimento, criando consensos, ainda que com o autoritarismo” (QUADRAT; ROLLEMBERG, 2010, p. 12).

Os trabalhadores não eram um grupo coeso, monolítico, que pensava e agia da mesma forma. Os trabalhadores não só possuíam condições de vida e trabalho diversas, como também foram forjados em culturas políticas e operárias distintas. Entre a resistência e a colaboração ao golpe e até mesmo à ditadura, existiam diversos posicionamentos, *uma área cinzenta* (LEVI, 2004), que deve ser levada em consideração para compreendermos melhor os diversos posicionamentos estabelecidos entre os trabalhadores e a ditadura.¹

O comportamento social sob governos marcados pelo autoritarismo não é linear ou homogêneo, e, assim como Pierre Laborie demonstra em seu estudo sobre a ocupação nazista em Vichy, as formas para se adaptar a essa realidade de exceção estão ligadas a uma ambivalência, um pensar-duplo que “aparece como uma maneira de contornar uma realidade que se tornou insuportável, como uma resposta de circunstância a uma situação de exceção, como elemento de um amplo processo de adaptação” (LABORIE, 2010, p. 40). As pessoas agiram e reagiram ao regime militar de formas diferentes e, para compreendermos como foi possível a duração de uma ditadura por 21 anos, devemos nos ater a essa diversidade. Assim como afirma Daniel Arão Reis:

[...] as relações complexas entre sociedades e regimes autoritários ou ditatoriais designa a formação de um acordo de aceitação do regime existente pela sociedade, explícito ou implícito, compreendendo o apoio ativo, a simpatia acolhedora, a neutralidade benévola, a indiferença ou, no limite, a sensação absoluta de impotência (REIS, 2010, p. 387, nota 20.).

Nesse sentido, faz-se necessária a compreensão desse período não através das ações do Estado e suas instituições, mas a partir de atores sociais que, muitas vezes, são considerados anônimos ou apartados da história. Assim como Alf

¹ A metáfora da zona cinzenta foi elaborada por Primo Levi para descrever os comportamentos ambivalentes, heterogêneos e não lineares dos prisioneiros em campos de concentração durante o nazismo. Utilizada por Pierre Laborie para analisar o comportamento dos franceses durante a ocupação nazista em Vichy, a metáfora busca evidenciar a necessidade de compreendermos os comportamentos sociais em regimes autoritários longe das dicotomias “apoio versus resistência”, “sociedade inocente versus Estado totalitário”, apontando, desta forma, para a importância do papel desempenhado pela sociedade em ditaduras e regimes autoritários no século XX.

Ludtke (1995) demonstra, é a partir da forma como indivíduos e grupos concretos se apropriam e reproduzem em sua vida cotidiana as mudanças históricas que podemos observar a complexidade das relações entre sociedades e ditaduras.

Dito de outra forma, é na cotidianidade que podemos perceber como indivíduos e grupos agiram e reagiram ao autoritarismo, quais mecanismos foram utilizados para se adaptarem à nova realidade de exceção, quais as formas utilizadas para se enquadrarem numa aparente cultura de normalidade, revelando-se, assim, mais do que personagens ingênuos e alheios às transformações políticas, mas sujeitos históricos que se relacionavam de forma contraditória e ambivalente com determinado regime.

Para este artigo, apresento como os *trabalhadores comuns*² da Estrada de Ferro Central do Brasil agiram e reagiram em seu cotidiano às transformações políticas e sociais impostas pelo regime durante anos 1964-1974 no Rio de Janeiro, e qual a memória construída por esses atores sociais sobre a ditadura civil-militar. Foram entrevistados, individualmente, quatro ex-ferroviários aposentados da EFCB que trabalharam na ferrovia durante os anos 1950 e 1980: M.I e U.V. trabalharam na oficina de trens de Deodoro, enquanto E.L. e IV. trabalharam nas oficinas de Engenho de Dentro.³ Analisar os mecanismos utilizados por esses cidadãos comuns para se adaptarem à ruptura de seu cotidiano pela esfera de vigilância e repressão pode nos ajudar a compreender melhor as complexas relações construídas entre sociedade e regimes autoritários no século XX.

O cotidiano de trabalho sob a repressão: memória, esquecimento e consenso

Ao recuperarmos a memória de ex-ferroviários da EFCB sobre o pré-golpe e a ditadura, identificamos uma multiplicidade de memórias, muitas vezes marcadas por silêncios e embates entre a memória oficial / coletiva e a construída por esses atores. Após a promulgação da primeira lei de anistia, o mito da resistência civil possibilitou a construção de uma memória que destaca a defesa de valores democráticos pela sociedade, silenciando e até mesmo negando a participação e apoio de setores da sociedade no golpe e ao longo da ditadura. Assim como afirma Daniel Aarão, a memória construída teria um caráter apaziguador, na qual a sociedade brasileira teria vivido a ditadura “como um pesadelo que é preciso exorcizar, ou seja, a sociedade não tem, e nunca teve, nada a ver com a ditadura (REIS, 2004, p. 9).

Quando retomamos a análise sobre o governo Jango e sua relação com os ferroviários no pré-golpe, o ex-ajustador M. I. nos conta que:

Lá nesse tumulto [Comício das Reformas], ele pregou abertamente uma revolução armada. Aí, alguns oficiais do exército acharam que aquilo era demais, a gota d'água que faltava para a insurreição, um

² O “trabalhador comum” será entendido neste artigo como o trabalhador não pertencente a grupos de resistência e combate à ditadura. Por mais que fizessem parte de algum sindicato, muitos desses operários não exerciam um papel militante e combativo dentro desses espaços, demonstrando muitas vezes indiferença ao processo político, preocupados *apenas* em trabalhar e garantir o sustento de sua família. Dito de outra forma, se trata de cidadãos preocupados com a retomada da normalização da vida cotidiana, que não se viam atingidos diretamente pela ditadura militar, e se auto identificam enquanto *homens comuns*. Assim como destaca Andrew Bergerson, “*to be ordinary was to engage in a specific cultural gambit for survival. A creative response to rapid and disruptive historical change, this way of behaving was a characteristically modern, rather than specifically German, habit of daily life; yet in the end, this study does look at the specific historical consequences when ordinary Germans behaved this way, Normalcy, too refers not to a natural state but to a by-product of human culture: an experience generated by a specific way of being, believing and behaving.* (BERGERSON, 2004, p. 6).

³ Cabe destacar que os entrevistados são amigos e se reúnem até hoje, mensalmente, com um grupo de ex-ferroviários da Central. De um grupo de 15 homens, apenas quatro aceitaram serem entrevistados, mas não permitiram a revelação de seus nomes.

horror. (...) Foi um período que a gente ganhava muito dinheiro, porque ele apoiava essas categorias. Tudo o que o sindicato pedia, ele dava. Para nós, ele foi bom, em termo de salário para a nossa categoria, para os ferroviários, ele foi bom. Tanto que depois, os ferroviários foram perseguidos, inverteu com a Revolução.

Já para U.V., o governo João Goulart:

Fez nada de bom pra ninguém. Era um “Maria vai com as outras”, só fazia o que *os outros* mandava. Era igual ao Dutra quando foi presidente, o papo que tinha era que qualquer papel de bala que jogasse ali, ele assinava o decreto. Pra mim, ele não fedeu nem cheirou. Ele ter saído tanto faz, tanto fez.

Embora M.I. reconheça os benefícios que a classe ganhou durante o governo, ressalta que Goulart “pregou abertamente uma revolução armada” naquele “tumulto” e, por isso, *o Exército* achou necessário intervir para barrar uma insurreição. Já na fala de U.V., embora afirme que “tanto faz, tanto fez” o presidente ter “saído” – e não ter sido deposto pelos militares -, destaca o papel vacilante de Goulart, influenciado pelos *outros* na forma de governar.

Nas duas passagens, é relevante notarmos que, em nenhum momento, afirmam terem participado do comício ou apoiado a deposição do presidente, colocam-se como espectadores distantes e até mesmo indiferentes aos acontecimentos. Todavia, podemos identificar em suas falas parte do discurso elaborado pelos setores da oposição para justificar a deposição de Goulart: a infiltração comunista no governo e nos sindicatos levariam à formação de um golpe comunista no país. Longe de ser algo imposto de cima para baixo ou fruto da manipulação, percebemos que o discurso das direitas sobre o governo circulava no meio operário, e que, parte dele, também compartilhava desses ideais.

O governo Castelo Branco iniciou uma “operação limpeza” com a promulgação do primeiro ato institucional. A partir dessa medida, a ditadura deu início à construção de uma base legal repressora dentro do funcionalismo público, intervindo em setores estratégicos com a justificativa de dar continuidade à “tarefa revolucionária” que a sociedade civil teria dado aos militares. O primeiro AI demonstra o início de uma legislação autoritária, controlando o Judiciário, estabelecendo a cassação de mandatos eleitorais, a suspensão de direitos políticos e uma espécie de “caçada aos comunistas” com expurgos na burocracia civil e militar. Diversos funcionários públicos ligados ao sindicalismo e considerados “subversivos” foram acusados de conspirar ou atentar contra a segurança nacional, e, por isso, afastados de sua posição.

Os expurgos no setor público também foram sentidos na Rede Ferroviária Federal S. A. (RFFSA) através do decreto nº 53.896, que determinou a Rede Ferroviária e suas subsidiárias sob intervenção federal. Através dele, o “Ministro da Viação e Obras Públicas e o Interventor diligenciarão no sentido de, no mais breve prazo, colocar a Empresa em condições de voltar à normalidade de seu sistema administrativo” (Decreto nº 53. 896, 1964), ou seja, iniciariam o processo de limpeza nos quadros de servidores, retirando os funcionários ligados à subversão.

Os interventores da RFFSA faziam parte do Exército, a exemplo do Coronel da Arma de Engenharia Afonso Augusto de Albuquerque Lima, o primeiro escolhido para assumir o cargo. Com a escolha de coronéis para fazerem parte da presidência e diretoria das subsidiárias, a ditadura também passou a fazer parte do cotidiano de trabalho dos ferroviários, com militares ocupando diversos postos de serviço com o objetivo de controlar e desencorajar a rearticulação dos sindicatos.

O ex-ferroviário U.V. relata que a presença de militares em Deodoro era recorrente. A oficina eletrotécnica onde trabalhava como torneiro mecânico ficava em frente à antiga Escola de Material Bélico (EsMB) do Exército Brasileiro e próxima à Vila Militar. Com isso, a presença de militares nas oficinas da região era constante:

Quando entrou a ditadura, ficou ruim o ambiente, depois da ditadura, ficou pior. Começou a mandar uma porção de militares, entrada livre. Entravam e saíam quando queriam. Eles não tinham função nenhuma, faziam nada, só davam piração. Iam só pra perturbar. [...] Eles entravam no serviço, iam pra lá e pediam pra gente fazer as coisas, livre acesso. Consertar bomba... as vezes era da casa deles e dizia que era do quartel. Eles chegavam, falavam com o mestre geral, o mestre geral aceitava. O mestre geral era o que mandava em tudo, na oficina toda. Ali, todo o movimento da Rede existia militares. Eles entrevam com o caminhão, a gente era obrigado a fazer o que eles pedissem.

Além de realizarem as ordens de serviço passadas pelo Mestre Geral da oficina, teriam que dar conta dos “serviços extras” passados pelos militares. O entrevistado ainda afirma que na oficina de tornearia existiam fichas sobre cada empregado, contabilizando as horas de trabalho e o serviço realizado por ele: “[...] tinha um gráfico que dizia a oficina que mais produzia, que menos produzia, a gente trabalhava pra caramba. Era um ambiente tranquilo, amigável.” Toda a produtividade do lugar era contabilizada de forma meritocrática e o não cumprimento das ordens de serviço era entendido como um desvio de norma. Mesmo com uma carga de trabalho pesada, ainda eram obrigados a realizar as tarefas passadas pelos militares e manter a produção da oficina em níveis favoráveis, o que revela as possíveis tensões que poderiam surgir no ambiente e o processo de disciplinarização a que estavam submetidos.

Dessa forma, o regime não só não interferia nas relações produtivas da empresa, mas também no quadro de funcionários ativos. Era preciso conter as possíveis reclamações que as mudanças implementadas pelos interventores ou a presença de militares em oficinas poderiam gerar. Para isso, as intervenções do Ministério do Trabalho nos sindicatos foram de grande importância, na medida em que neutralizariam as oposições. A medida era considerada legal e ocorria desde a ditadura do Estado Novo, podendo o ministro do trabalho não só intervir, como fechar os sindicatos por até seis meses. Na visão de Heliene Nagasava, era favorável ao governo manter os sindicatos funcionando, para que assim pudessem “[...] utilizar a máquina administrativa na tentativa de controlar a classe trabalhadora, influenciando suas demandas e formas de reivindicação” (NAGASAVA, 2018, p. 119).

A ditadura realizou desde o governo Castelo Branco diversas medidas políticas e econômicas como forma de ataque à classe trabalhadora. Assim como afirma Marcelo Badaró Mattos, “a força política, a trajetória grevista ascendente e o crescimento no nível de mobilização alcançado pelo sindicalismo entre 1945-64 explicam-se, em grande parte, pelo surgimento de organizações paralelas ao sindicalismo oficial” (MATTOS, 2009, p. 96) Era preciso barrar a influência dos setores mais combativos no meio sindical, na tentativa de desmobilizar e desorganizar suas lutas. O controle de sindicatos e ministérios (como o do trabalho), a prisão de lideranças sindicais, a implementação de inquéritos policiais militares e a ação dos órgãos de segurança e informação foram de grande impacto na luta e organização dos trabalhadores.

A repressão aos sindicatos também ocorreu na Central do Brasil. O ex-ferroviário I.V. trabalhava na parte elétrica da oficina de Engenho de Dentro, e afirmou que não fazia parte do sindicato, embora tenha participado da greve da paridade:

A gente fez muita greve para ganhar o que queria. Fizemos o “Paridade ou Greve” em frente ao Teatro João Caetano. O problema foi quando estourou a Revolução de 64. Foi caça, o sindicato da Central, foram todos eles caçados. Eu não, porque você pra ir ao sindicato, você era obrigado a assinar o livro de presença na reunião, aquilo eu não topava. Colocar meu nome no livro? Mas não vou mesmo... Porque na hora do pega rabo, pegaram eles primeiro.

A polícia política sempre reprimiu as “agitações operárias” no país, e a Lei de Segurança Nacional de 04/04/1935 classificava a greve como delito no funcionalismo público e nos serviços inadiáveis. Mesmo antes do golpe civil-militar, já existia cautela em relação à participação no movimento sindical. Embora I.V participasse de greves, passeatas e reuniões, ou seja, tivesse algum nível de engajamento político, tinha cuidado em não produzir provas que, futuramente, pudessem ser usadas contra ele. Ao não assinar o livro de presença, garantia seu emprego e liberdade em meio à possibilidade de punição policial.

O controle sobre o movimento operário foi aumentando à medida que a ditadura criava leis para reprimir o poder de ação dos trabalhadores. O primeiro AI e a intervenção federal deram plenos poderes ao presidente da Rede e seus diretores para instaurar uma Comissão Geral de Inquérito em todas as subsidiárias da empresa com o objetivo de apurar o envolvimento de servidores em atos de subversão. O principal alvo era os líderes sindicais, visados pela mobilização política crescente no período anterior ao golpe.

No fundo, Comissão Geral de Inquérito Policial Militar, sob guarda do Arquivo Nacional, identificamos cinco IPMs envolvendo ferroviários da Estrada de Ferro Central do Brasil. Além de serem processados pelo Estado por subversão, muitos ferroviários eram vigiados de perto pelos órgãos de informação e repressão estatais, bem como pelo sistema de informações da Rede Ferroviária Federal.

A Rede possuía o Departamento de Segurança, encarregado da segurança interna da empresa e suas subsidiárias. O departamento contava com setores de segurança e de contrainformações localizados nas estradas de ferro da empresa, como era o caso da EFCB e EFL. Cada setor era composto por policiais ferroviários, cujo trabalho consistia em garantir a ordem e funcionamento das estradas de ferro, averiguar informações passadas pelos órgãos de segurança nacional como o CIE, o CINEMAR e o Serviço Nacional de Informações. Investigavam funcionários, suas relações dentro e fora do local de trabalho, reuniam fichas biográficas e de atividades políticas, repassando as informações para os órgãos de polícia política ou de informação competentes.

Cabe ainda destacar que a ditadura contava não só com a ação repressora das forças armadas, embora fosse a principal. Assim como demonstra Mariana Joffily, os militares contavam com o apoio da Polícia Civil e os Departamentos de Ordem Política e Social (DOPS), tornando-se referência no combate à dissensão política, aos movimentos dos trabalhadores e ao comunismo. (JOFFILY, 2014) A partir da análise do fundo Rede Ferroviária Federal S.A., sob guarda do Arquivo Nacional, podemos identificar como o setor de segurança da Estrada de Ferro Leopoldina colaborava, a partir do Setor de Informações e Contrainformações da RFFSA, com a Delegacia de Polícia Política e Social de Campos nas investigações sobre atentados a segurança nacional que ocorressem nas imediações ou fora das estradas de ferro.

O Departamento de Segurança respondia não só ao presidente da Rede Ferroviária, mas também ao próprio ministro do transporte. Assim como demonstrou Carlos Fico, cada ministério civil contava com uma Divisão de Segurança e Informações (DSI) própria. As DSI eram subordinadas ao Serviço Nacional de Informações, e, sempre que esse acreditasse ser necessário, poderia ordenar averiguação das informações recebidas às suas divisões. (FICO, 2001) Como a Rede Ferroviária era uma empresa de economia mista, seu departamento de segurança também respondia às ordens da Divisão de Segurança e Informações do Ministério dos Transportes.

No fundo Comissão Geral de Inquérito Policial Militar, também sob guarda do Arquivo Nacional, foram encontrados documentos que demonstram a íntima ligação da Estrada de Ferro Central do Brasil com o DOPS e a comunidade de informações criada pelo regime. A partir da operação limpeza iniciada com o AI 1, e a promulgação do AI 5, diversos ferroviários sofreram inquéritos policiais militares, tendo sido investigados pelo DOPS com o auxílio do departamento de segurança daquela ferrovia.

Os ferroviários Cleto Ferreira de Souza, Altivo Ferraz da Silva, José Lazarini e Altamiro da Rocha Martins da EFCB responderam a dois Inquéritos Policiais Militares diferentes. O primeiro IPM foi realizado em setembro de 1964, proposto pela Comissão Geral de Inquérito da RFF para enquadrar através do Ato Institucional nº 1 os servidores considerados subversivos. Já o segundo inquérito foi realizado pela Delegacia de Polícia de Três Rios para apurar casos de subversão na cidade, onde o nome dos ferroviários da Central do Brasil foi identificado.

A partir de informações passadas pelo I Exército à DSI do Ministério dos Transportes, o ministro Mário Andreaza ordenou que fosse instaurada pelo presidente da Rede, General Gustavo Adolfo Manta, uma Comissão de Investigação Sumária para averiguar as denúncias e reunir informações sobre as atividades dos servidores na EFCB a fim de enquadrá-los no AI 5. Neste sentido, a esfera de vigilância e repressão instituída pelo regime também se fez presente na RFFSA.

Pensar como o cotidiano de trabalho dos servidores foi alterado e quais estratégias utilizadas por eles para se adaptarem a essas mudanças nos revela diversos comportamentos ambivalentes. Se, num primeiro momento, U.V. afirmou que a presença dos soldados nas oficinas o incomodava devido ao aumento na carga de trabalho que eram obrigados a aceitar, ao longo da entrevista ele demonstrou um outro lado dessa relação com os militares:

Em Deodoro, muitas vezes, eu entrei na oficina e tinha soldado de fuzil tomando conta da gente. Entrava tranquilo, marcava meu cartão, almoçava, trabalhava e ia embora. Não tava nem aí para isso. Eu não sei se era pra gente ser protegido ou se era para impor a lei, mas, como eu não tinha nada de afetado, não tinha nada disso. Eu fui criado igual ao meu avô e meu pai, minha família toda foi ferroviária... nosso negócio era trabalhar e ponto. (...) Ninguém foi atingido na nossa oficina. Os caras [militares] chegavam lá, faziam amizade, viram que a gente tinha uma quadra lá, chamava a gente pra jogar futebol com eles. Tudo tranquilo. Se precisasse de um caminhão de mudança era com eles mesmo, to nem aí... era um bom ambiente, não tenho nada para falar disso.

A fala do torneiro mecânico aposentado nos revela que a presença de militares armados na porta da oficina não o incomodava, uma vez que ele não tinha “nada de afetado”, ou seja, não era envolvido em nenhum ato subversivo, não tinha feito nada para temer - ou até mesmo merecer - a retaliação deles. Ao contrário de ser uma relação tensa ou conflituosa, U.V afirma que os servidores teriam uma relação amigável com os militares, jogavam futebol, trocavam

favores. Podemos perceber que a presença de militares armados com fuzil apenas seria considerada ruim se a pessoa tivesse feito algo para temer tal “castigo”. Por estar inserido numa cultura de normalidade, ou seja, ser apenas um ferroviário preocupado em trabalhar, assim como lhe foi ensinado pelo pai e avô, não julgava ser um alvo da ditadura, e, por isso, não temia a presença de militares armados.

Já I.V, lotado na oficina elétrica em Engenho de Dentro, afirma que era necessário ter cautela durante o trabalho:

Aquele cara trabalhando ali no setor, tava trabalhando, mas tava de antena ligada em você. Às vezes, as pessoas saíam para almoçar, saíam para o café e não voltavam. Porque já estavam de olho em você, que você era contra. Se você comentasse muito, conversasse com o seu colega, metesse o pau, tu era... A gente tinha que ficar quietinho, não falar nada e cumprir o que tem que cumprir, porque se você falasse alguma coisa, tá arriscado você... e eu tinha problema, casado, com dois filhos pequenos, não podia estar... não podia dar opinião. Vou fazer o que? Não podia fazer nada. Era cumprir o que tem que cumprir e ficar na dela, tinha que trabalhar e não faltar.

Com a necessidade de manter o emprego e sustentar a família, muitos trabalhadores se adaptavam às dificuldades impostas pelo contexto autoritário. Em meio a preocupação de estar sendo vigiado, os assuntos sobre política e críticas ao trabalho eram evitados. Para se adaptarem à realidade de exceção, era necessário cumprir as regras, trabalhar e não faltar. Em meio àquela ruptura no cotidiano de trabalho, o ferroviário ainda afirma, em tom de desaprovação, sobre a atuação dos colegas ligados ao meio sindical:

É o seguinte, eu não gosto de desordem. Se você não arranjar conversar, dialogar, não adianta você fazer. Se você não levar no bem, no peito não vai levar. Eles não vão deixar. Uma, que eles têm determinada autoridade. Segundo que ele é superior a você. Então, você não tem meio de ir contra ele, não tem...

A fala de I.V. nos mostra como a imagem do “verdadeiro trabalhador brasileiro”, prezada tanto pela Ditadura como pelos interventores da Rede, era apropriada pelos operários como uma forma de se enquadrarem numa cultura de normalidade: era necessário cumprir as ordens, ficar quieto e trabalhar. Sendo assim, os que faziam o contrário e tentavam dar fim à ordem instituída iriam fracassar, logo não haveria sentido em resistir às medidas impostas pelo regime.

A relação entre os trabalhadores ligados ao sindicato e os que não eram adeptos também era marcada por tensões. M.I afirma que na “pré-revolução”, ou seja, durante o governo Jango, os comunistas faziam comícios em horário de trabalho:

Bateu meio-dia e o comício continuava (...) aquilo era quase uma anarquia, então esse pessoal deve ter sido perseguido. Você vê como o PT age por aí né, a besteira que eles fazem.... Na época do Jango valia tudo. Prendia maquinista, greve, ninguém ia trabalhar porque maquinista não ia trabalhar, paravam os trens, uma anarquia. (...) Os caras que eram mal elemento na oficina, mal elemento eu digo aquele cara que não sabe fazer nada, foge para almoçar mais cedo, manda alguém marcar o cartão dele e não vem, que não sabe fazer nada. (...) ia pra ser da CIPA ou do sindicato, tinha imunidade. Então os representantes eram feitos da escória dos operários. Eu vou ser representado por essa escória de mal elemento? (...) Além da política! Você ia lá no sindicato, tava todo mundo de camisa vermelha e barbudo. Que palhaçada era aquela? O uniforme do sindicato era camisa vermelha e barba, à moda Fidel Castro.

Em certa medida, percebe-se pela fala dos entrevistados como a repressão a esses trabalhadores era justificável pela própria atuação deles: faziam desordem, tumulto e anarquia; se comportavam como mal elementos, não trabalhavam, se vestiam como Fidel Castro. Representavam a “escória dos operários” e, por isso, eram perseguidos.

Nesse sentido, o conjunto de representações traçado pelos entrevistados nos ajuda, de certa forma, a compreender como foi possível o convívio - e até a admissão - da repressão política, tortura e violência por parte da sociedade.

Considerações Finais

O estudo de Pilar Calveiro sobre as relações entre o terrorismo estatal e a sociedade argentina no chamado “Processo de Reorganização Nacional”, guardadas as devidas proporções, pode nos ajudar a compreender melhor o caso brasileiro. A autora demonstra que a tortura, a violência estatal e os campos concentracionários só poderiam existir em uma sociedade que “escolhe não ver”. O desaparecimento forçado de pessoas ocorria à luz do dia, com testemunhas, em vias movimentadas, exatamente porque era preciso passar uma mensagem clara: isso é o que acontece quando se subverte à ordem.

O alvo das ações não eram apenas os comunistas, os subversivos, mas a própria sociedade. Nesse sentido, a presença de militares armados nas oficinas da EFCB, ter alguém vigiando conversas e posicionamentos políticos, o desaparecimento de pessoas durante o trabalho... todas essas ações tinham o objetivo de disseminar o medo entre os funcionários, neutralizando as oposições. Ainda na visão de Calveiro:

[...] o autêntico segredo, o verdadeiro desconhecimento teria um efeito de passividade ingênua, mas nunca de paralisia e sideração engendradas pelo terror. É aterrorizante aquilo que não se conhece totalmente, que guarda um segredo que não pode ser revelado (CALVEIRO, 2013, p. 135).

Longe de estarem escondidas nos “porões” da ferrovia, era necessário que a violência e vigilância fizessem parte do cotidiano dos trabalhadores. A guerra era total, pois o inimigo interno poderia ser qualquer um. Para se ter eficiência no combate contra o comunismo, era preciso que as pessoas soubessem o que poderia acontecer caso ajudassem ou fizessem parte da subversão.

Essa concepção formava os princípios da “guerra psicológica” presente na Doutrina de Segurança Nacional. A guerra total e psicológica seria necessária para enquadrar a sociedade, dando a todo aparato repressivo um papel moralizador, em que a população estaria ciente e confiante dos objetivos nacionais para se combater o inimigo interno e externo. Nilson Borges afirma que:

Com base numa tipologia que distingue os inimigos, os indecisos e os neutros dos engajados, o esforço da Doutrina de Segurança Nacional visa desmoralizar o inimigo, a produzir deserções, a criar o silêncio, a fazer cooperar (delatar) e fazer aderir às políticas do Estado (BORGES, 2012, p. 28).

Nesse sentido, ao desmoralizar as lideranças sindicais, criava-se uma outra categoria de trabalhador: aquele que deve ser combatido para não comprometer a ordem e o desenvolvimento da “Revolução”.

No entanto, por mais que a violência estatal parecesse excepcional, a partir da fala dos entrevistados, percebemos que a ação do regime ditatorial e os valores da Doutrina de Segurança Nacional estavam enraizadas no cotidiano da

sociedade, o que Pilar Calveiro caracteriza como uma “normalidade admitida”: quando se escolhe não ver, quando nos afastamos dos acontecimentos, ou até mesmo admitimos que, se uma pessoa está metida em alguma coisa, é natural que ela seja perseguida pelo governo, acabamos justificando a arbitrariedade e a ilegalidade do poder ditatorial, tornando possível a existência e a multiplicação da política repressora estatal.

O auge da repressão, caracterizado pelos “anos de chumbo” do governo Médici (1968-1974), também foi acompanhado pelo processo de recuperação econômica brasileira. Nos anos 1970, a economia começava a dar sinais de recuperação, iniciando o chamado “milagre econômico”. Com crescimento acelerado do Produto Nacional Bruto (PNB) chegando a 11,4% em 1973, além do crescimento da indústria e dos números da exportação, eram difundidas pelo regime propagandas que estimulavam a crença do Brasil como o país do futuro (REIS, 2014, p. 79).

Embora o crescimento e modernização fossem difundidos nas propagandas do governo como a prova do “Brasil Grande”, potência que crescia junto com os brasileiros, na verdade esses benefícios não foram estendidos para as camadas mais pobres da população, que sofriam com a intensa concentração de renda e o arrocho salarial. Nas entrevistas realizadas, foi comum a reclamação dos aposentados a respeito da situação econômica enfrentada. No entanto, embora o governo Médici tenha sido marcado pelo desigual “milagre brasileiro”, devemos ter em mente que também foi marcado pelo auge da repressão a partir da instauração do Ato Adicional nº 5, onde a tortura e a violência se tornaram política de Estado, aumentando ainda mais o controle sobre os trabalhadores e a sociedade em geral.

Embora as fontes aqui apresentadas demonstrem a íntima relação da repressão estatal e a comunidade de informações com a RFF durante esse período, é importante destacar que os ferroviários entrevistados não relacionam o aumento da vigilância e a piora nas condições de vida com o governo Médici. Na verdade, os aposentados relacionaram a repressão e a crise econômica ao governo Geisel e, especialmente, o governo Figueiredo.

O ferroviário I.V., quando perguntado sobre os anos 1970, associou o período ao futebol. No entanto, ao tratarmos sobre a repressão política, afirmou: “Médici era o mais manso de todos. O pior de todos, no ponto de vista mais severo, era o Costa e Silva e o Geisel, porque era chefe do SNI, então ele sabia a vida de todo mundo.” Ao longo da entrevista, relatei que Médici era conhecido por ser o mais severo, em relação a violência e tortura de pessoas. Sobre esse aspecto, a resposta do aposentado foi:

Tinha aquela polícia do Exército ali na Tijuca, que era PE, tinha um serviço de repressão ali ferrado. Mas você não sabia que as pessoas estavam sendo... e muitas morreram. (...) Até hoje procuram, eu já nem me lembro mais desse negócio, nunca ouvi falar desses caras. Agora, a repressão só afrouxou mesmo com o João Figueiredo, aí começou a dar anistia a determinadas pessoas que estavam exiladas. (...) A maioria de elementos que hoje é do governo, José Serra, FHC, Lula... foi tudo exilado. Lula foi pra Cuba, o pai do Sérgio Cabral foi para Cuba, só voltaram depois da Anistia. Eu não sei qual governo, mas foi na época dos militares que tava mandando. O Médici tinha que acatar ordem do SNI, daquela outra polícia, o DOPS... tinha a polícia central, o bicho pegava.

Embora o ex-ferroviário demonstre ter conhecimento sobre a principal função do Serviço Nacional de Informações e associe a violência do governo ao DOI-CODI, afirmou não saber que as pessoas eram torturadas ou mortas, embora, durante a entrevista, já tenha relatado experiências em seu local de trabalho sobre a vigilância e que

alguns funcionários acabavam “sumindo”. Em sua visão, Médici era obrigado a seguir ordens do SNI e DOPS, ou seja, ele não era o mandante direto das ações.

Já U.V associou o governo Figueiredo à piora em sua qualidade de vida e que, diante desse quadro, resolveu se aposentar, na esperança de arrumar outro emprego, com salário maior que o da RFF, para ter condições de custear a faculdade de suas filhas. Porém, com a entrada de João Figueiredo na presidência:

Estragou tudo. O que ele fez de bom? Nada. Fiquei desempregado, encareceu tudo, deu problema de faculdade, melhorei nada. E piorou ainda mais quando ele assinou a abertura, aí danou-se. O que veio de ladrão lá de fora pra cá novamente. (...) Quem foram os caras que fugiram para a Europa? O Lula, o Brizola, tem uma porção deles aí... considerados comunistas. O Lula era um safado, não valia nada. Brizola voltou só para ser governador. (...) Não tem jeito, para mim, não foi bom. Os comunistas voltaram e fizeram pior!

A anistia teria permitido a volta de elementos que, hoje em dia, estão/estiveram envolvidos na política nacional. A seleção desses nomes não foi aleatória, uma vez que são alvos de críticas por envolvimento em escândalos de corrupção ou por representarem perigo às elites econômicas. Nesse sentido, a prisão de um ex-presidente, de esquerda, e o envolvimento dos outros personagens em escândalos de corrupção no presente justificaria a necessidade de tê-los exilado no passado. A assinatura da lei de Anistia por parte do presidente Figueiredo representaria não só o retorno dos “comunistas ladrões”, mas o retorno da desordem e dos perigos neutralizados pelo regime.

A memória desse grupo específico de trabalhadores é também mediada por uma cultura política autoritária e pelos embates políticos atuais que selecionam e silenciam o que deve ou não ser contado no presente. Sob esta perspectiva, a relação entre o silêncio sobre o governo Médici e as críticas ao governo de João Batista Figueiredo são, também, uma forma de lembrar esse complexo passado. A partir das contribuições do autor Alessandro Portelli (2006), diante do que ele chamou de “memória dividida”, percebemos que o ato de relembrar esse período estava permeado pelas tensões de uma memória silenciada que tenta se adequar à memória coletiva.

Como já foi dito, a memória coletiva nacional, construída após a elaboração da lei de anistia, nega qualquer tipo de envolvimento entre a sociedade civil e a ditadura. A população não só teria resistido ao golpe, como nunca apoiou a queda de João Goulart e a ditadura, além de não saber a existência da tortura e assassinato como política de Estado. Ao negarem qualquer tipo de envolvimento político e sindical durante o período, se colocando até mesmo como apolíticos e indiferentes aos acontecimentos, o grupo entrevistado reproduz a memória coletiva sobre o regime, se inserindo naquilo que o autor Andrew Bergerson chamou de “cultura da normalidade”.

Conforme o autor afirma, o conceito de “normalidade” oferecia o véu da impotência e insignificância diante dos acontecimentos caóticos e violentos da vida moderna, uma forma estratégica de viver o dia a dia retirando as responsabilidades e preservando a limitada - porém real – autonomia no cotidiano dos cidadãos comuns. Embora os entrevistados não se considerassem um alvo do regime, afastados dos acontecimentos políticos, demonstrei que a vigilância e a violência estatal faziam parte do dia a dia desses trabalhadores, e que eles, muitas vezes, reproduziam em seu cotidiano os valores autoritários do regime.

Nesse sentido, a leitura elaborada pelos ferroviários sobre os anos de 1968 a 1974 nos oferecem a representação das tensões existentes entre essas memórias divididas. Embora a memória coletiva nacional apresente o governo Médici como “os anos de chumbo”, devemos ter em mente que eles também foram os anos de ouro do “milagre brasileiro”, garantindo benefícios materiais e simbólicos para uma parcela significativa da sociedade. Ao analisarmos o período apenas a partir da oposição *chumbo versus ouro*, perdemos a complexidade dos comportamentos sociais naquele tempo. Para os nossos entrevistados, o governo Médici representou o período em que ganharam o 13º salário e o FGTS, quando se sentiram mais seguros e puderam viver. Mas, também, foram os anos em que deveriam trabalhar, cumprir ordens e não reclamar, precisavam ter cuidado para não serem mal interpretados, ou seja, precisavam se enquadrar àquela realidade de exceção.

Assim como demonstrou Janaína Cordeiro (2015), parcelas as mais significativas da sociedade civil puderam vivenciar esse período muito mais no clima dos ‘anos de ouro’ do que sob o chumbo da repressão e violência, mesmo que esses dois lados se misturassem. Esses “anos de ouro”, com a euforia do “milagre brasileiro”, dizem respeito não apenas à classe média, mas também:

As pessoas comuns que, na reprodução de seu cotidiano, podiam mesmo expressar ou se posicionar contra o governo, ou mesmo nunca ter se expressado sobre tais questões mas que, de alguma forma, compunham aquela *mise-en-scène*, se adaptando, por bem ou por mal, às circunstâncias, partilhando de algumas de suas opiniões, desprezando outras, mas, ao fim, *consentindo* (CORDEIRO, 2015, p. 339).

Nessa perspectiva, ao apresentar Médici como o “mais manso” e que apenas seguia ordens, ou João Figueiredo como o mais “severo” dos presidentes militares, os ferroviários aqui entrevistados podem justificar no presente o fato de identificarem um lado positivo da ditadura, ou seja, verem no recebimento do FGTS, o 13º salário, a segurança e a ordem os benefícios materiais e simbólicos, mesmo que esses coexistissem com a tortura e mortes de milhares de pessoas.

O silêncio e ignorância a respeito da existência da tortura e assassinato presente na fala dos entrevistados representa uma tentativa de enquadramento em uma cultura da normalidade em seu cotidiano: cumprir ordens e trabalhar de forma correta, não falar sobre política, posicionar-se como apolítico, desinteressado e livre de qualquer suspeita ou ação repressora da ditadura. No entanto, quando se apropriam do contexto político atual de prisão e investigação de líderes políticos de esquerda, culpabilizam a lei de anistia pela crise política da atualidade e, por consequência, justificam e naturalizam a existência da tortura e assassinato durante o regime.

A memória elaborada por esses trabalhadores apresenta uma grande diversidade de posicionamentos e comportamentos, demonstrando como o consenso não é, de forma alguma, sinônimo de unanimidade ou total aceitação. Dessa forma, assim como nos ensina Alessandro Portelli, devemos compreender a memória não como um núcleo sólido, impenetrável à história e à política, mas como múltipla e fragmentada, mediada por uma cultura e ideologia própria. Tendo em vista essas articulações entre *lembrança* e *esquecimento* é que se deve compreender a memória sobre a ditadura civil-militar brasileira, não compreendendo o silêncio e esquecimento como ausência de memória. É preciso

ter em mente a enorme fronteira existente entre “esses silêncios e ‘não-ditos’, e o esquecimento definitivo como algo em perpétuo deslocamento” (POLLACK, 1989, p. 8).

Através do caso dos ferroviários da EFCB, tentei demonstrar que, pelo contrário, a relação entre ditadura civil-militar e sociedade não era linear e homogênea. Com isso, conseguimos perceber como o regime conseguiu, a partir da repressão e da modernização autoritária e conservadora, obter o consenso (difuso, ambivalente e heterogêneo) de parte da sociedade. Entre a resistência armada e o apoio confesso, existia uma zona cinzenta que comportava a inocência, a indiferença, a impotência, a aceitação tácita e a submissão involuntária que permitiram a reprodução dos valores autoritários no cotidiano.

Enquanto historiadores, não podemos ignorar a existência dessa ambivalência, necessária para compreendermos a tradição autoritária e o desapego pelos valores democráticos em nossa sociedade (comemorações ao golpe militar, saudosismo pela volta dos militares, naturalização da tortura e perseguição política), fatos que demonstram não só a permanência de valores e uma cultura política autoritária, mas a necessidade de estudarmos mais fundo o embate de memórias sobre o período e as complexas relações entre sociedade e regimes autoritários.

Referências:

- BERGERSON, Andrew Stuart. *Ordinary Germans in extraordinary times*. The Nazi revolution in Hildesheim. Bloomington: Indiana University Press, 2004.
- BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge e DELGLDO, Lucília de Almeida Neves (orgs). *O Brasil Republicano*, v. 4. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, p. 13-42.
- CALVEIRO, Pilar. *Poder e desaparecimento*. Os campos de concentração na Argentina. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.
- CORDEIRO, Janaina Martins. *Direitas em movimento*. A Campanha da Mulher pela Democracia e a ditadura no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.
- CORDEIRO, Janaina Martins. *A ditadura em tempos de milagre: comemorações, orgulho e consentimento*. Rio de Janeiro: FGV, 2015.
- CORDEIRO, Janaina Martins. “A experiência histórica das gentes – uma entrevista sobre o franquismo, com Antonio Cazorla Sánchez”. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 43, n. 2, maio-ago. 2017, p. 490-496.
- FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem política e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- FIGUEIREDO, B. G. (Org.) *Batistinha: o combatente dos trilhos*. Rio de Janeiro: Centro de Memória Ferroviária/AMORJ, 1994.
- HALBAWCS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- JOFFILY, Mariana. O aparato repressivo: da arquitetura ao desmantelamento. In: REIS et al. (orgs.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 158-171.
- LABORIE, Pierre. 1940-1944: Os franceses do pensar-duplo. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz. (orgs.). *A construção social dos regimes autoritários*. Legitimidade, consenso e consentimento no Século XX. v. 1: Europa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 31-44.
- LEVI, Primo. *Os afogados e os sobreviventes*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- LÜDTKE, Alf. “What is the History of Everyday Life and who are its practioners?” In: LÜDTKE, Alf (org.). *The History of Everyday Life*. Princeton: Priceton Univ. Press, 1995, p. 3-40.
- MATTOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Jango e o golpe de 1964 na caricatura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.
- NAGASAVA, Heliene. *O sindicato que a ditadura queria: o Ministério do Trabalho no governo Castelo Branco (1964-1967)*. Jundiaí: Pacto Editorial, 2018.

- PASSERINI, Luisa. Ideologia e consenso do trabalho sob o fascismo italiano. *História e Perspectivas*, n. 42, jan. jun. 2010, p. 171-184.
- POLLACK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.
- PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. (orgs.) *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 103-130.
- REIS, Daniel Aarão. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: REIS et. al. *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. São Paulo: EDUSC, 2004, p. 29-53.
- REIS, Daniel Aarão. A revolução e o socialismo em Cuba: ditadura revolucionária e construção do consenso. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz. (orgs.). *A construção social dos regimes autoritários*. Legitimidade, consenso e consentimento no Século XX. v. 2: Brasil e América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 363-392.
- ROLLEMBERG, Denise. QUADRAT, Samantha Viz. (orgs.). *A construção social dos regimes autoritários*. Legitimidade, consenso e consentimento no Século XX. v.1: Europa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

Fontes:

- Entrevista com EL, concedida em 21 de dezembro de 2018.
- Entrevista com IV, concedida em 07 de maio de 2017.
- Entrevista com MI, concedida em 21 de dezembro de 2018.
- Entrevista com UV, concedida em 29 de maio de 2017.
- Fundo Comissão Geral de Inquérito Policial Militar (Arquivo Nacional)
- Fundo Rede Ferroviária Federal S. A. (Arquivo Nacional)
- Jornal Correio da Manhã – Hemeroteca Digital (Fundação Biblioteca Nacional):
- Exército garante comício de hoje”. *Jornal Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 13 de março de 1964, p. 1.
- Jornal Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 31 de março de 1964, p. 2.
- “CGT lança manifesto sobre crise política”. *Jornal Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 31 de março de 1964, p. 2.
- “Greves cessam, mas prisões continuam”. *Jornal Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 04 de abril de 1964, p. 1.
- “Carioca leva bolo da RFF”. *Jornal Correio da Manhã*, 1 de abril de 1964, 1º Caderno, p. 12.
- Decreto nº 53. 896, de 27 de abril de 1964. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-53896-27-abril-1964-394220-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 13/12/2018.
- BRANCO, Humberto Castelo. “01/05/1965 no parque industrial da Usiminas em Ipatinga na solenidade do Dia do Trabalho”. Biblioteca Presidência da República. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/castellobranco/discursos/1965/56.pdf/view>>. Acesso em: 13/12/2018.

Submissão: 04/05/2019

Aceite: 10/12/2019